

**Escola de Administração Fazendária – Esaf
FÓRUM FISCAL DOS ESTADOS BRASILEIROS – FFEB**

**NÚCLEO 6: QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO E TRANSPARÊNCIA DA AÇÃO
GOVERNAMENTAL**

**METODOLOGIA DE GESTÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS: CRIAÇÃO DE
INDICADORES DE DESEMPENHO PARA OS ESTADOS DE ALAGOAS,
MATO GROSSO, PARANÁ, RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA**

**ANTÔNIA ROBERTA ALVES DE GUSMÃO BARROSO (SEFAZ/AL)
BRUNA KOWALSKI (SEFA/PR)
EDEN DE OLIVEIRA SANTANA (SEFAZ/AL)
FERNANDA DA SILVA MARTINS SOLANO (SEFAZ/MT)
FRANCISCO DE ASSIS INOCÊNCIO (SEFA/PR)
HERTA MACHADO CAPAVERDE (SEFAZ/SC)
ISADORA CASTELLI (SEFAZ/SC)
JOSÉ EDUARDO BRASIL SILVEIRA (SEFAZ/RS)
THIAGO TENÓRIO ALMEIDA (SEFAZ/MT)**

**BRASÍLIA-DF
2016**

METODOLOGIA DE GESTÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS: CRIAÇÃO DE INDICADORES DE DESEMPENHO PARA OS ESTADOS DE ALAGOAS, MATO GROSSO, PARANÁ, RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA

Trabalho apresentado no VI Encontro do Fórum Fiscal dos Estados Brasileiros 2016, da Escola de Administração Fazendária.

Orientador: Vínicius Teixeira Sucena

**BRASÍLIA-DF
2016**

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Indicador para saúde.....	41
Tabela 2	Indicador de educação.....	44
Tabela 3	Indicador de segurança.....	45
Tabela 4	Percentual do gasto por função em relação a despesa total	47

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	06
1.1	OBJETIVOS.....	06
2	DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS.....	08
2.1	DA APLICABILIDADE DOS DIREITOS SOCIAIS.....	08
2.2	GESTÃO PÚBLICA DOS RECURSOS.....	09
3	EFICIÊNCIA DO GASTO PÚBLICO.....	11
4	INDICADORES DE GASTO.....	13
4.1	INDICADORES COMO FERRAMENTA DE GESTÃO PÚBLICA...	15
4.2	METODOLOGIA.....	16
4.3	ANÁLISE DOS DADOS.....	17
4.3.1	Saúde.....	18
4.3.2	Educação.....	20
4.3.3	Segurança.....	21
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	26
	ANEXO A.....	29
	ANEXO B.....	35
	ANEXO C.....	36
	ANEXO D.....	37

1 INTRODUÇÃO

A escassez de recursos reclama conciliação entre objetivos a alcançar e recursos finitos. O planejamento – em suas diversas modalidades - é um instrumento de controle e materializa a definição das prioridades do Estado. Para que possa cumprir seu objetivo, é de vital importância a discussão, a elaboração e o cumprimento das leis orçamentárias a fim de viabilizar o desempenho das funções estatais.

Em meio a um cenário de retração econômica, como é o atual, faz-se ainda mais necessário estabelecer escolhas que sejam realmente as mais convenientes.

O contexto em que os Entes e a União começam a se voltar para a qualidade do gasto público reforça a necessidade de um olhar crítico sobre a produtividade do gasto público, sua eficiência.

Também tratar-se-á da teoria da gestão pública apresentando a evolução do gasto de alguns países e no Brasil.

Na sequência, o trabalho analisa, por comparação, as despesas praticadas por alguns estados da federação (Alagoas, Santa Catarina, Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul) através de indicadores de resultado.

1.1 OBJETIVOS

Este trabalho visa a gerar indicadores que buscam retratar como está o gasto público comparado de alguns estados da federação em algumas funções do gasto. A partir disso, que possam fundamentar ações para elevar o nível das áreas identificadas como menos eficientes e que visem a melhoria da gestão do gasto público, apontando para os gestores públicos onde atuar a fim de melhorar tais indicadores.

Assim, esse trabalho fará o diagnóstico de algumas das despesas mais representativas dos Estados de Alagoas, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul confrontando os indicadores do nível de despesa com os indicadores escolhidos como de resultado da política pública. Por fim, o trabalho

proporá a utilização de ferramenta já existente para melhorar a qualidade do gasto naquelas áreas que não atingiram a meta do indicador calculado.

2 DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

O Estado existe em função de gerir os recursos públicos, voltando sua aplicabilidade aos direitos sociais e prestação de serviços públicos, sempre buscando o interesse público.

2.1 DA APLICABILIDADE DOS DIREITOS SOCIAIS

Desde os primórdios na criação do Estado, seu objetivo sempre foi a busca pelo interesse público. Dentre os principais estão os Direitos Sociais que estão elencados no Art. 6 da CF/88:

“Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. “

O Estado como gestor público das receitas e recursos públicos deve observar os princípios da Administração Pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Desta forma aplicando suas receitas de forma responsável buscando sempre a supremacia do interesse público.

Os anseios maiores da sociedade entre os supracitados direitos sociais seriam: a educação, saúde e segurança. Estes direitos são os mais carentes neste momento de Políticas Públicas imediatas e resolutivas.

Políticas públicas “são as diretrizes, estratégias, prioridades e ações que constituem as metas perseguidas pelos órgãos públicos, em resposta às demandas políticas, sociais e econômicas e para atender aos anseios oriundos das coletividades”¹.

¹ CARVALHO FILHO, José dos Santos. Políticas públicas e pretensões judiciais determinativas. In: CARLIN, Volnei Ivo (org). **Grandes temas de direito administrativo**. São José: Conceito Editorial, 2008, p. 391.

Os direitos de defesa pressupõem segurança e justiça que devem ser prestadas de forma universal e impessoal pela esfera pública, já a saúde e a educação também podem ser prestadas pelo mercado, mas é de se ressaltar apenas de forma complementar.²

Os recursos e receitas aplicadas a estes três Direitos Sociais requerem um estudo mais dirigido e detalhando, visando o melhor emprego dos investimentos e melhorias nestes setores.

2.2 GESTÃO PÚBLICA DOS RECURSOS

A gestão pública deve sempre observar as políticas públicas adotadas que sejam eficazes e atendam as demandas da sociedade.

No que se refere à fixação das políticas públicas, diz-se que obedece a duas etapas: a primeira, legiferante, cabendo ao legislador o lineamento das ações e metas a serem alcançadas; a segunda, administrativa, de forma complementar a fixação já estabelecida e de enunciar os mecanismos de implementação.³

O gestor público deve traçar um plano para que as receitas e recursos alcancem cobrir o que determina a Constituição. Os recursos e receitas remanescentes devem ser analisados onde devem ser investidos.

A gestão pública tem sua importância na organização, no processo de decisão, formulação, implementação, avaliação e acompanhamento das políticas públicas sendo de responsabilidade do Estado promover este bem à sociedade.

Segundo Giambiagi (2016), o governo possui três objetivos básicos, seja pelo exercício de sua função, como também por meio de política fiscal e monetária. A respeito da função alocativa, fornece bens públicos e determina a quantidade ofertada, além de mensurar o nível de contribuição de cada indivíduo.

² Ibid., p. 384-392.

³ CARVALHO FILHO, José dos Santos. Políticas públicas e pretensões judiciais determinativas. In: CARLIN, Volnei Ivo (Org.). **Grandes temas de direito administrativo**. São José: Conceito Editorial, 2008, p. 392.

Nesse contexto, a demanda pelos serviços públicos tem-se tornado crescente nos últimos anos e a população tem aumentado suas necessidades com o passar dos anos. Em um panorama de crise e ajuste fiscal por parte da maioria dos Estados brasileiros, se faz necessário o ajuste fiscal e a mensuração da qualidade do gasto realizado.

3 EFICIÊNCIA DO GASTO PÚBLICO

O gestor público que preza pela eficiência no gasto público preocupa-se em direcionar os recursos arrecadados com impostos e transferências para o melhoramento dos serviços públicos ofertados aos cidadãos a exemplo: saúde, educação, segurança, saneamento entre outros.

Eficiência é um conceito que traça um paralelo entre o montante de recursos financeiros empregados pelo governo com os resultados que são alcançados, ponderados não apenas pela quantidade, mas pela qualidade dos resultados (RIBEIRO, 2008).

Segundo Rezende (2001) avaliar se os recursos públicos estão sendo eficientes em sua alocação, distribuição e aplicação é essencial no sentido de auxiliar na confecção de políticas que aumentem a utilização desses serviços pelos indivíduos e importantes também na avaliação da gestão social do poder público em qualquer de suas esferas.

Na visão de Mendes (2008) é condição imprescindível para o Brasil obter maior crescimento econômico e ser eficiente na aplicação dos recursos públicos. Isso levará também a menor desigualdade, mais oportunidades de trabalho, menos violência e uma expectativa de vida maior e recompensadora para a população. Ainda no entendimento de Mendes (2008), não há grandes incentivos para a eficiência nos serviços públicos. O servidor público não tem motivação para encontrar o menor custo, pois o dispêndio não é realizado com seu próprio dinheiro; não se dedica em buscar produtos de qualidade, pois está adquirindo algo para os outros; e também há pouco incentivo para a inovação e aumento de eficiência devido aos planos de cargos e carreiras das categorias do serviço público não premiarem as inovações bem-sucedidas.

É comum ao ligar a televisão ou acessar um portal de notícias encontrar reportagens sobre gestores que fazem mau uso recursos públicos, os exemplos são os mais variados e vão desde compras superfaturadas a obras inacabadas. Neste sentido o zelo pela aplicação eficiente do dinheiro público é medida de utilidade essencial para o combate a estas práticas criminosas.

Neste contexto, a qualidade do gasto pode ser a chave para eficiência. A palavra qualidade pode ter várias definições e uma delas é a própria eficiência,

que por sua vez, no dicionário Houaiss, está referenciada como a virtude ou característica de se obter o melhor desempenho com o mínimo de erro e/ou dispêndios de energia, tempo, dinheiro ou meios. À luz de Renato Chaves, “a melhoria da qualidade do gasto público redundando em melhorar a eficiência desse gasto, ou seja, determinado investimento deverá ser concluído com o menor custo possível e gerar o máximo de benefícios para a sociedade”.

Diante do exposto, observa-se que a gestão pública no Brasil deve ser pautada pela aplicação de recursos de forma eficiente visando a qualidade dos gastos públicos que implicará em melhores serviços prestados a sociedade.

4 INDICADORES DE GASTO

Para que o Estado tenha o controle sobre a origem e a aplicação dos recursos públicos, bem como sobre a forma de gestão das metas estabelecidas no planejamento de governo, faz-se necessário um estudo dos modelos de gestão aplicados nas diferentes épocas.

A sociedade tem cobrado, cada vez mais, um melhor desempenho dos órgãos públicos. Tal desempenho requer uma mudança de foco, de controle para resultados e, neste contexto, verifica-se dois problemas que são persistentes e conexos: o primeiro é fazer com que o estado trabalhe bem com baixo custo; o segundo diz respeito à questão de decidir o que o Estado deve fazer e o que não deve fazer.

Em uma gestão voltada para resultados, é recorrente e fundamental a utilização de ferramentas que permitam monitorar a gestão organizacional. Neste sentido, a existência de um sistema de indicadores de desempenho e resultado se torna indispensável para que a organização pública tenha uma análise mais abrangente sobre a efetividade da sua gestão.

4.1 INDICADORES COMO FERRAMENTA DE GESTÃO PÚBLICA

Segundo Ferreira, Cassiolato Gonzalez (2009)⁴, “O indicador é uma medida, de ordem, quantitativa ou qualitativa, dotada de significado particular para organizar e captar as informações relevantes dos elementos que compõem o objeto da observação. É um recurso metodológico que informa empiricamente sobre a evolução do aspecto observado”.

Os indicadores são ferramentas que servem para medir se os resultados esperados pelo gestor público estão sendo alcançados, e caso isso não esteja ocorrendo, demonstrar que é necessário tomar medidas corretoras para que os objetivos sejam alcançados.

⁴ FERREIRA, H.; CASSIOLATO, M.; GONZALEZ, R. Uma experiência de desenvolvimento metodológico para avaliação de programas: o modelo lógico do programa segundo tempo. Texto para discussão 1369. Brasília: IPEA, 2009.

Para a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁵ existem cinco passos a serem seguidos para a construção de indicadores:

- Desenvolvimento de um quadro teórico.
- Identificar e desenvolver variáveis relevantes.
- A formatação das variáveis para permitir comparações.
- A ponderação da variável ou de grupos de variáveis.
- Realização de testes de sensibilidade sobre a robustez das variáveis agregadas.

Ainda, segundo Ferreira, Cassiolato Gonzalez (2009), outros fatores devem ser observados no elaboração e definição dos indicadores, tais como: validade e confiabilidade (pertinência e sua adequação para medir o desempenho ou resultado); mensurabilidade (capacidade de ser aferido periodicamente); e economicidade (deve ser obtido a um custo/benefício condizente com os resultados a serem obtidos).

Os indicadores e seus componentes (variáveis) devem ser tão transparentes quanto possível e fornecer informações detalhadas sobre metodologia e fontes de dados. Eles devem ser acompanhados de explicações dos seus componentes, construção, fraquezas e interpretação.

Segundo a OCDE⁶, existem basicamente três níveis de agrupamentos de indicadores: individuais, temáticos e compostos, que descreveremos a seguir.

Os indicadores individuais representam um menu de indicadores ou estatísticas separadas. Isto pode ser visto como um primeiro passo para o armazenamento de uma informação quantitativa. Ex. taxa de crescimento populacional.

Os indicadores temáticos são indicadores individuais que são agrupados em torno de uma área específica ou tema. Esta abordagem requer a identificação de um conjunto de indicadores que estão ligados ou relacionados de alguma forma. Ex. Taxa de meninos e meninas que concluíram o ensino básico e fundamental no Brasil.

⁵ Freudenberg, M (2003). "Composite Indicators of Country Performance: A critical Assessment", OECD Science, Technology and Industry Working Papers, 2003/16, OECD Publishing.

⁶ Freudenberg, M (2003). "Composite Indicators of Country Performance: A critical Assessment", OECD Science, Technology and Industry Working Papers, 2003/16, OECD Publishing.

Quanto aos indicadores compostos, são formados quando aos indicadores temáticos são compilados em um índice sintético. Ex.: Produto Interno Bruto (PIB), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

No presente trabalho adotamos o indicador individual como forma de medir ou aferir o desempenho e os resultados alcançados na pela política fiscal dos Estados, tendo como fonte de dados a execução orçamentária dos mesmos.

Assim, o governo, ao realizar suas despesas, deve alinhar seu planejamento financeiro as políticas sociais que visam promover o bem-estar da sociedade. A otimização de despesas necessita de calibrações na forma de um *mix* de políticas fiscais e monetárias. No entanto, são necessárias ferramentas que auxiliem o gestor na tomada de decisão de curto e longo prazo.

Em alguns trabalhos empíricos observamos a utilização de indicadores como forma de mensurar a qualidade do gasto público como no trabalho Brunet et al. (2007) de que correlaciona os recursos dos entes da federação aos níveis de condição de vida e bem estar social criando um Índice de Qualidade do Gasto Público – IQGP. Tal índice compara os gastos realizados pela administração direta em diversas áreas do governo, observando os tipos de funções com vista a captar os efeitos das políticas governamentais e o impacto na população. O indicador padroniza a classificação dos estados frente aos níveis de sua qualidade do gasto realizada pelas administrações diretas

O indicador DEA – *Data Envelopment Analysis* é utilizado por Mello et al. (2005) por ser um modelo de indicador matemático que mensura os níveis de eficiência das respectivas unidades produtivas onde foram aplicados na avaliação dos níveis de eficiência das companhias aéreas em níveis operacional, vendas e modelo de negócios e educacional verificando os níveis dos cursos de pós-graduação e produção científica.

Silva e Almeida (2012) realizaram um trabalho utilizando o modelo matemático com o indicador FDH – *Free Disposal Hull*, que observa se um município é dominante em relação ao outro e se utilizou recursos financeiros maiores ou menores para alcançar resultados nos níveis educacionais estimando uma função da ineficiência do gasto municipal⁷.

⁷ Para mais detalhes ver: Eficiência no Gasto Público com Educação: Uma análise dos municípios do Rio Grande do Norte, Silva e Almeida (2012) - <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/320/280>

A literatura acima mencionada reforça a utilização de indicadores. Nesse sentido, o trabalho utilizou como referência indicadores extraídos do Ranking de Gestão e Competitividade dos Estados, que é um levantamento feito pelo Centro de Liderança Pública – CLP, cujo objetivo é alcançar um entendimento mais profundo e abrangente dos 26 estados brasileiros mais o Distrito Federal.

4.2 METODOLOGIA

Pretende-se no presente trabalho realizar uma pesquisa descritiva que observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos sem manipulá-los. A pesquisa bibliográfica e documental se dará a partir do conjunto de conhecimentos reunidos em obras e artigos científicos no âmbito jurídico, das finanças públicas, entre outros.

Com base no referencial teórico se procederá a análise dos dados, oportunidade em que será examinada a relação das despesas por função pública e a correlação com os indicadores de resultados, dos Estados de Alagoas, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Para o desenvolvimento dos indicadores serão efetuados os seguintes passos:⁸ a) identificados os níveis e a dimensão dos objetos a serem mensurados; b) a definição dos indicadores de resultados; c) análise e validação dos indicadores com os representantes dos estados de Alagoas, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina; d) construção de fórmulas métricas para o estabelecimento de parâmetros; e) definição dos responsáveis pela coleta dos dados; f) geração do sistema de coleta de dados em planilhas de cálculos; g) ponderação e validação dos indicadores com os representantes dos estados; h) mensuração dos resultados; análise e interpretação dos indicadores; e i) apresentação dos resultados.

⁸ Ministério do Planejamento, Secretaria de Gestão. Produto 4: Guia Referencial para Medição de Desempenho e Manual para Construção de Indicadores. 2009. Disponível em: http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/guia_indicadores_jun2010.pdf. Consulta em 26/12/2016.

4.3 ANÁLISE DOS DADOS

Devido a vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no início dos anos 2000, o setor público tem buscado a melhoria da eficiência nos gastos com as despesas públicas tendo como referencial os indicadores e limites estabelecidos pela LRF. Apesar da maioria dos Entes Federados estarem cumprindo os limites com gastos estabelecidos na LRF, verifica-se que a prestação de serviços públicos, principalmente nas áreas da educação, saúde, transporte, habitação e segurança pública está muito abaixo dos parâmetros exigidos pelos órgãos de controle e fundamentalmente pela sociedade.

Como equacionar essa “dicotomia” onde os indicadores da LRF apontam pelo atingimento das metas e, em contrapartida, os serviços continuam insatisfatórios?

A presente análise utilizou indicadores comparativos que demonstrem a eficiência do gasto público, correlacionando-os com os indicadores de qualidade dos serviços nas áreas da educação, saúde e segurança pública.

Para a análise das despesas (gasto), a opção foi utilizar os gastos liquidados por função que são informados por todas as unidades federadas no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) da Secretaria do Tesouro Nacional, para os anos de 2014 e 2015. Esta metodologia se justifica por serem dados consolidados nas respectivas áreas e cujo critério de apropriação deve ser padronizado e uniforme para todos os Entes Federados. Outro fator determinante é o fato de os dados estarem disponibilizados em uma área de domínio público.

Os valores apresentados nas tabelas como número índice foram obtidos dividindo o valor de cada variável de cada Estado pelo total da variável dos cinco Estados.

O presente trabalho não tem como objetivo esgotar o estudo com a verificação dos resultados da correlação entre as despesas e a eficácia dos serviços, pois a análise de resultados no âmbito do serviço público para o atendimento das demandas da população demanda um conjunto de variáveis econômicas e sociais que extrapolam a delimitação científica deste trabalho.

A análise terá como foco algumas despesas e serviços dos estados de Alagoas, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina - em dois

momentos distintos - por estarem representados no Núcleo do Gasto Público.

Cabe referir que, função de governo pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. A função se relaciona com a missão institucional do órgão, por exemplo, cultura, educação, saúde, defesa.

Outro objetivo do trabalho é propor uma metodologia que possa ser aplicada nos próximos exercícios como forma de aferição dos resultados das políticas adotadas pelo setor público em relação aos obtidos nesta primeira análise.

Salienta-se que a metodologia adotada neste trabalho pode ser extrapolada para outras funções de despesa bem como para as demais unidades da federação e que, por exiguidade de tempo, não estão sendo contempladas neste.

4.3.1 Saúde

Para este indicador, foram coletadas as informações do número de leitos por mil habitantes no Datasus para os anos de 2014 e 2015.

No trabalho *Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações (2008)*, é apontado o uso do indicador de número de leitos hospitalares por habitante, para subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas, analisar variações geográficas e temporais da oferta de leitos hospitalares pelo SUS, podendo identificar situações de desigualdade e tendências que demandem ações e estudos específicos.

O trabalho considerou o número de leitos com base no estudo Ranking de Competitividade dos Estados. Foi escolhido esse critério por materializar rapidamente o gasto efetuado, refletindo, assim, o curto prazo. Outros critérios (longevidade, entre outros) acabam por exigir um tempo maior para se ter uma ideia de sua efetividade.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) o número ideal de leitos por mil habitantes deve variar entre 3 a 5 leitos. No presente caso apenas o Rio Grande do Sul está no limite mínimo estabelecido pela OMS com 3 leitos, em 2015, para o ano de 2014 todos os Estados analisados apresentavam apenas 2 leitos para cada mil habitantes.

Ao analisar a tabela 1 verifica-se que apenas o Estado de Alagoas, de 2014 para 2015, teve queda do número de leitos por mil habitantes relativos aos demais

Estados conjuntamente a uma queda no gasto relativo com a função saúde. Dos demais Estados Mato Grosso e Santa Catarina tiveram um aumento no número de leitos por mil habitantes em relação ao demais Estados, contudo tiveram um aumento no gasto com saúde, comparado aos demais.

Em contrapartida, Rio Grande do Sul e Paraná tiveram queda no gasto com saúde e um aumento da participação do número de leitos por mil habitantes, em comparação aos demais.

Tabela 1 – Indicador para Saúde

UF	Número índice do gasto com a função saúde per capita		Número índice de leitos por mil habitantes	
	2014	2015	2014	2015
AL	0,1648	0,1635	0,1777	0,1660
MT	0,1995	0,2280	0,1839	0,1855
PR	0,1825	0,1692	0,2082	0,2091
RS	0,2482	0,2325	0,2317	0,2389
SC	0,2050	0,2068	0,1986	0,2006

Fonte: Elaborado pelos autores

Fazendo uma análise específica para o ano de 2015, onde para a maioria dos Estados, foi o início das dificuldades financeiras e também foi o ano onde começaram as primeiras medidas de ajuste fiscal, observa-se que o gasto per capita com saúde o estado do Rio Grande do Sul lidera seguido pelo Mato Grosso, Santa Catarina, Paraná e Alagoas sucessivamente. Por outro lado, o índice de leitos tem como classificação o Rio Grande do Sul em primeiro, seguido do Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Alagoas.

Os indicadores dos estados de Alagoas, Rio Grande do Sul e Santa Catarina demonstram que a correlação entre a despesa com saúde e o número de leitos estão diretamente proporcionais, ou seja, o estado que mais gasta é o que possui o maior número de leitos em relação ao demais estados e vice-versa.

A exceção está nos indicadores dos Estado do Paraná e do Mato Grosso, onde o Paraná tem um baixo dispêndio per capita de despesa com saúde na quarta colocação entre os estados e tem o segundo maior índice em número de leitos. Ao contrário do que acontece com o Estado do Mato Grosso, em que essa relação é inversa.

Salienta-se, entretanto, que este diagnóstico tem como base apenas duas

variáveis, portanto, não é possível afirmar que o Estado do Mato Grosso esteja sendo menos eficaz em relação a saúde pública, mas, indica a necessidade de uma análise mais aprofundada do Estado em relação as causas desta divergência de performance do seu índice.

Destaca-se a situação de Alagoas onde, a relação entre os índices é direta e que demonstra o Estado na última posição em ambos os quesitos.

4.3.2 Educação

Para este indicador, foram coletadas as informações dos resultados de cada Estado no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e do número de alunos junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Os dados foram coletados para o período de 2014 e 2015, com exceção do Ideb, pois, a divulgação dos dados se dá a cada dois anos, portanto, utilizamos os dados de 2013 e 2015.

A motivação para utilizar estes dados como *proxy* do indicador de resultado da educação, primeiramente, o Enem, que tem como objetivo avaliar o desempenho do aluno ao término da escolaridade básica, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Já o Ideb, segundo o Portal do Inep, reúne em um só indicador dois conceitos para a qualidade da educação fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações.

Com o Ideb, ampliam-se as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que o índice é comparável nacionalmente e expressa em valores os resultados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo. A combinação de ambos tem também o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb ou Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema.

Para este indicador é fundamental que o ranking da classificação na nota seja sempre melhor que o da despesa.

Tabela 2 - Indicador de Educação

UF	Número índice do gasto com a função educação por aluno		Número índice do Enem e Ideb	
	2014	2015	2014	2015
AL	0,1237	0,1215	0,3337	0,3418
MT	0,1946	0,2357	0,4147	0,4127
PR	0,3213	0,3103	0,4197	0,4149
RS	0,1670	0,1555	0,4120	0,3994
SC	0,1935	0,1770	0,4199	0,4312

Fonte: Elaborado pelos autores

Ao analisar a tabela 2, apenas o Estado do Mato Grosso teve aumento de gasto com educação de 2014 para 2015. Entretanto, a participação relativa das notas do Enem e Ideb apresentou queda em relação aos demais, da mesma maneira tiveram queda os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Outrossim, verifica-se em ambos os anos que a classificação com gasto por aluno com educação nos estados do Paraná e do Mato Grosso seguem em primeiro e segundo lugar, respectivamente.

4.3.3 Segurança

No trabalho de Oliveira, Tannuri-Pianto e Sousa (2010), sobre as medidas de custo-eficiência dos serviços subnacionais de segurança pública, foi utilizado como variável proxy para análise do tema de segurança pública no Brasil o número absoluto de homicídios, pois, tem a vantagem de uma maior cobertura temporal e padronização na classificação das causas da morte.

No presente trabalho utilizou-se dados de crimes contra o patrimônio, que inclui a quantidade de roubo mais furto de veículos para cada cem mil veículos e para os dados de crimes de ordem pessoal a somatória dos valores de homicídio, lesão corporal seguido de morte, latrocínio e crimes violentos letais, por cem mil habitantes. Estas informações foram coletadas as informações de cada Estado, dos crimes patrimoniais e pessoais para os anos de 2014 e 2015 do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Para este indicador é fundamental que o ranking da classificação dos crimes seja sempre melhor que o da despesa e quanto mais perto de 1 (um) melhor

é o resultado do Estado.

Tabela 3 - Indicador de Segurança

UF	Número índice do gasto com a função segurança per capita		Número índice de crimes pessoais e patrimoniais	
	2014	2015	2014	2015
AL	0,2232	0,1981	0,3845	0,3035
MT	0,2371	0,2676	0,1827	0,2008
PR	0,1545	0,1811	0,6282	0,5267
RS	0,1837	0,1682	0,7126	0,7531
SC	0,2015	0,1851	0,0920	0,2159

Fonte: Elaborado pelos autores

Analisando a evolução dos dados para a função de segurança pública, constata-se aumento de gasto e aumento de crimes pessoais e patrimoniais concomitantemente, apenas no Estado do Mato Grosso. Por outro lado, o Estado de Alagoas teve queda no gasto e queda no número índice de crimes, em relação aos demais Estados, que tiveram a relação inversa.

Em resumo, percebe-se alguns pontos de destaque em cada função analisada. Na tabela 4, abaixo, é demonstrado o quanto cada função de despesa representa na despesa total do orçamento fiscal de cada Estado, para os exercícios de 2014 e 2015.

Para a função saúde podemos destacar o Estado de Alagoas que compromete sua despesa com 12,88% para saúde e como já apresentado nos indicadores, Alagoas tem a menor quantidade de leitos por mil habitantes dos estados comparados.

A maioria dos Estados objeto de estudo deste trabalho, tiveram queda no valor aplicado por aluno na função Educação, e em relação a despesa total de cada Estado, Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul, aumentaram a aplicação em educação.

Tabela 4 – Percentual do gasto por função em relação a despesa total

UF	Saúde		Educação		Segurança Pública	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
AL	11,62%	12,88%	13,69%	12,78%	13,16%	13,36%
MT	7,92%	9,88%	12,50%	13,64%	7,88%	9,93%
PR	10,33%	10,02%	24,33%	24,55%	7,32%	9,19%
RS	14,34%	13,47%	11,41%	12,03%	8,88%	8,34%
SC	13,23%	11,51%	15,55%	13,15%	10,88%	8,82%

Fonte: Portal da Transparência - Siconfi / Elaborado pelos autores

Na função de segurança pública o percentual de gasto em relação a despesa total que se destaca é do Estado de Alagoas, com 13,36%, destoando dos demais estados, e além de que como já analisado, este estado é o terceiro do cinco, em número de crimes patrimoniais e contra a pessoa. Do lado oposto, Rio Grande do Sul tem o menor gasto com segurança pública e conseqüentemente o maior número de crimes. Ainda, o Rio Grande do Sul, que entre os 5 Estados analisados apresentou uma queda na aplicação de recursos na função de segurança pública, em 2014, aplicava 8,88% de sua despesa total e em 2015, 8,34% da despesa.

É importante destacar, que em anos de crise financeira tanto para a população quanto para os Estados, as demandas por serviços públicos tendem a aumentar. A população para poupar recursos e quitar os serviços básicos de suas residências, migram de serviços privados, como planos de saúde, escolas particulares, para o Sistema Único de Saúde (SUS), escolas públicas entre outros. Essas mudanças exigem que os Estados estejam preparados para suportar maiores gastos nas principais funções sociais do Estado.

Para que estas distorções nos resultados das ações da gestão do gasto possam ser melhor diagnosticadas e assim possam ser tomadas as providências corretas para melhorar as decisões de alocação de recursos públicos, no Anexo A do presente trabalho apresenta-se a ferramenta implantada no Rio Grande do Sul como uma opção para os Estados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo o estudo do comportamento comparado dos Estados de Alagoas, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O estudo buscou propor indicadores para avaliar o gasto público em algumas funções da despesa. Ora, em um momento de ajuste fiscal, faz-se ainda mais importante o monitoramento da eficiência e eficácia dos gastos para orientar os gestores a realizarem o controle das despesas de modo mais racional. Por fim, analisou os indicadores propostos de desempenho e resultado como uma forma de diagnóstico das despesas.

Estes indicadores das áreas da saúde, educação e segurança, resultado da relação despesa/população ou número de alunos, demonstraram uma correlação interessante entre os índices das despesas por função e os resultados com base em indicadores de resultado.

Apesar de o estudo ter o foco em estados com características distintas, os três do sul do país (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) são plenamente comparáveis e, por outro lado, Mato Grosso e Alagoas devem ser observados com uma criticidade maior devido ao perfil regional, econômico e social destes estados. De qualquer forma, a análise comparativa entre os cinco estados não está invalidada, pois os indicadores foram convertidos em bases relativas como forma de equiparar a análise. Portanto, as despesas de uns Estados têm o mesmo peso que as realizadas pelos demais, independentemente do seu valor absoluto.

Desta forma, é possível concluir que, considerando a delimitação do estudo, somente nestas áreas da despesa já é possível identificar divergências de desempenho e de efetividade do gasto público e que merece uma análise mais profunda pelos gestores destes estados quanto à busca da excelência do gasto público.

É com este pensar que, a partir dos indicadores de gasto apresentados neste trabalho, objetivou-se identificar o desempenho e a efetividade de cada Estado naquelas áreas consideradas críticas comparativamente aos demais estados. Como forma de subsidiar os estados na análise mais profunda dos gastos, principalmente naquelas em que seu índice está com um desempenho inferior aos demais, na sequência, é apresentado, no Anexo A, a ferramenta para a gestão do gasto público implantada no Rio Grande do Sul e que possibilita, de forma global e

detalhada por item do gasto, o desempenho das unidades orçamentárias de forma comparativa e com o mesmo enfoque utilizado nos indicadores deste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Claudiano Manoel; MEDEIROS, Márcio Bastos; SILVA, Paulo Henrique Feijó da. **Gestão de finanças públicas: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal**. 2. ed. Brasília: Ed. Gestão Pública, 2008.

Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/>>. Acesso em: 18/10/2016.

BARCELLOS, Ana Paula de. **A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

BARCELLOS, Ana Paula. Constitucionalização das políticas públicas em matéria de direitos fundamentais: o controle político-social e o controle jurídico no espaço democrático. In: SARLET, Ingo Wolfgang, TIMM, Luciano Benetti (Orgs). **Direitos fundamentais orçamento e “reserva do possível”**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Aspectos de teoria geral dos direitos fundamentais. **Hermenêutica constitucional e direitos fundamentais**. 2ª parte. Brasília: Editora Brasília Jurídica. Instituto Brasiliense de Direito Público, 2002.

CARVALHEIRO NETO, José Rodrigues. A importância do orçamento público. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XVIII, n. 143, dez 2015. Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=16616>

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Políticas públicas e pretensões judiciais determinativas. In: CARLIN, Volnei Ivo (org). **Grandes temas de direito administrativo**. São José: Conceito Editorial, 2008.

Datasus. Ministério da Saúde. Disponível em:< <http://datasus.saude.gov.br/>>. Acesso em: 18/10/2016

FREZATTI, Fabio. Orçamento Empresarial: Planejamento e Controle Gerencial. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações Déficit habitacional no Brasil 2013-2014. Belo Horizonte, 2016.

GOUVÊA, Marcos Masseli. O direito ao fornecimento estatal de medicamento. In GARCIA, Emerson (Coord.). **A efetividade dos direitos sociais**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004.

Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações / Rede Interagencial de Informação para a Saúde - Ripsa. – 2. ed. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008.

Inep. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br>. Acesso em: 18/10/2016

JOSEPH, E. S. ***Economics of the Public Sector, 3rd Edition***, 1999.

LUPION, Ricardo. O direito fundamental à saúde e o princípio da impessoalidade. In: SARLET, Ingo Wolfgang, TIMM, Luciano Benetti (Orgs). **Direitos fundamentais orçamento e “reserva do possível”**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008.

MAIA, A. et al. ***A Importância da Melhoria da Qualidade do Gasto Público no Brasil: Propostas Práticas Para Alcançar Este Objetivo***. II Congresso Consad de Gestão Pública – Painel 32: Qualidade do gasto público II.

Ministério do Planejamento. Secretaria de Gestão. Produto 4: Guia Referencial para Medição de Desempenho e Manual para Construção de Indicadores. 2009. Disponível em: http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/guia_indicadores_jun2010.pdf. Consulta em 26/12/2016.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

Siconfi. Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro. Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em: < <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>>.

STN, **Gasto Social do Governo Central 2002 a 2015** – Secretaria do Tesouro Nacional, 2015.

TORRES, Ricardo Lobo. O mínimo existencial, os direitos sociais e os desafios de natureza orçamentária In: SARLET, Ingo Wolfgang, TIMM, Luciano Benetti (Orgs.). **Direitos fundamentais orçamento e “reserva do possível”**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008.

Oliveira Alves Pereira Filho; Maria Eduarda Tannuri-Piantoll; Maria da Conceição Sampaio de Sousa. Medidas de custo-eficiência dos serviços subnacionais de segurança pública no Brasil: 2001-2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-8050201000030003>. Acesso em: 19 de dezembro de 2016.

ANEXO A – PAINEL DE GESTÃO DE DESPESA – PGD

INTRODUÇÃO

Concluída a primeira análise proposta, é possível inferir – por comparação - o nível de eficiência do gasto dos Estados que compuseram o grupo analisado.

O Estado que, a partir dessa primeira análise, indicar menor eficiência em algum gasto determinado, poderá aplicar a metodologia a seguir demonstrada para aprofundar a análise sobre seus próprios gastos e verificar se realmente está ineficiente ou se esse comportamento é uma característica inerente.

Portanto, até aqui, o presente trabalho propôs uma metodologia para analisar o gasto público de diferentes estados a partir das funções de governo.

Mas, sabe-se que um mesmo caminho leva ao mesmo lugar ou resultado. Logo, é preciso inovar na forma de se fazer gestão quando se pretende atingir resultados diferentes dos atuais.

Mas, como atingir esses objetivos numa estrutura tão grande e complexa como a máquina estatal?

O presente trabalho coloca como alternativa a metodologia apresentada a seguir.

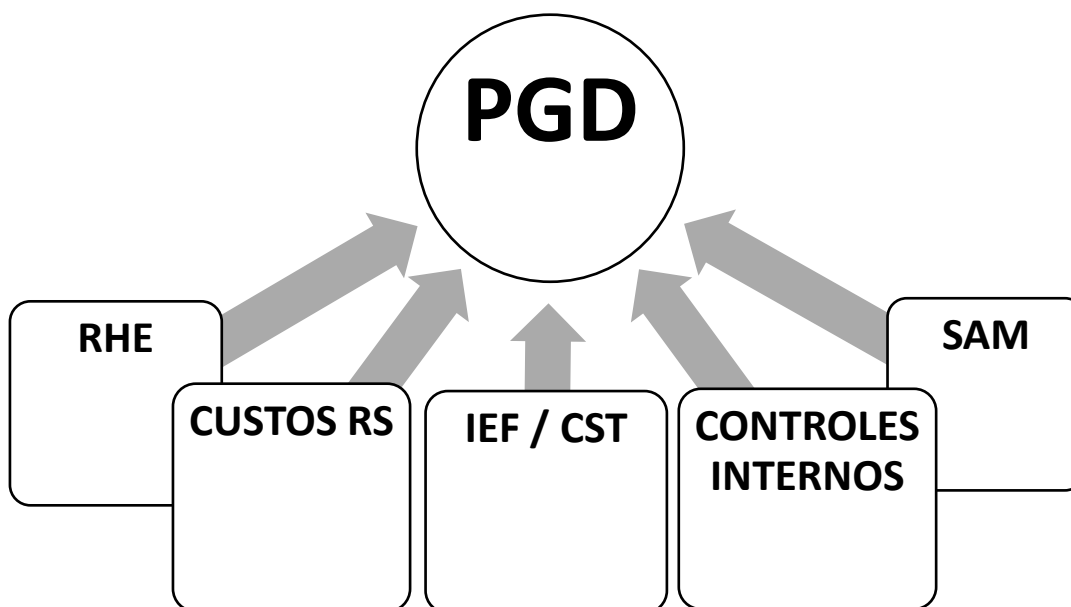
METODOLOGIA

O Painel de Gestão da Despesa – PGD é resultado da metodologia Gestão Matricial da Despesa que tem como intuito modernizar a gestão pública e reduzir ou otimizar a despesa pública. Trata-se de um trabalho que integra programa de Estado, perpassando governos.

A metodologia está materializada na ferramenta corporativa Painel de Gestão da Despesa – PGD. Trata-se de módulo informatizado que integra o sistema de controle de informações denominado Finanças Públicas do Estado - FPE.

O PGD busca dados diretamente dos demais sistemas informatizados do Estado ou automatizando rotinas de obtenção desses dados em locais fora desses sistemas informatizados, conforme figura 1 abaixo.

Figura 1 – PGD e suas fontes de informações



O PGD obtém seus dados dos diversos sistemas informatizados do RS, tais como o Recursos Humanos do Estado – RHE, o Custos RS, o Integração Estado Fornecedor – IEF, o Contratos de Serviços de Terceiros – CST, o Sistema de Administração de Materiais – SAM e, ainda, a possibilidade de importar dados de controles internos que os órgãos ou entidades tenham desenvolvido e utilizem.

No universo de despesas do RS, a solução técnica – metodologia – foi aplicada a rubricas corporativas, tais como água e esgoto, energia elétrica, combustíveis e lubrificantes, telefonia, entre outras, por serem despesas geralmente – mas, nem sempre - comuns a várias entidades e seus centros de custos. Com isso, foi possível construir indicadores de desempenho e identificar desvios ou indícios destes.

A metodologia do PGD consiste em gerar indicadores de desempenho que sirvam como métrica de eficiência no uso dos recursos. Os indicadores são resultantes da divisão da despesa faturada contra o órgão pelo parâmetro identificado como o principal fator gerador da despesa (R\$/ m², R\$/usuários,

etc.). Para facilitar o entendimento, o parâmetro da despesa com energia elétrica pode ser a área construída (m²), da despesa com água pode ser o número de usuários, a despesa com telefonia pode ter como parâmetro o número de trabalhadores no órgão.

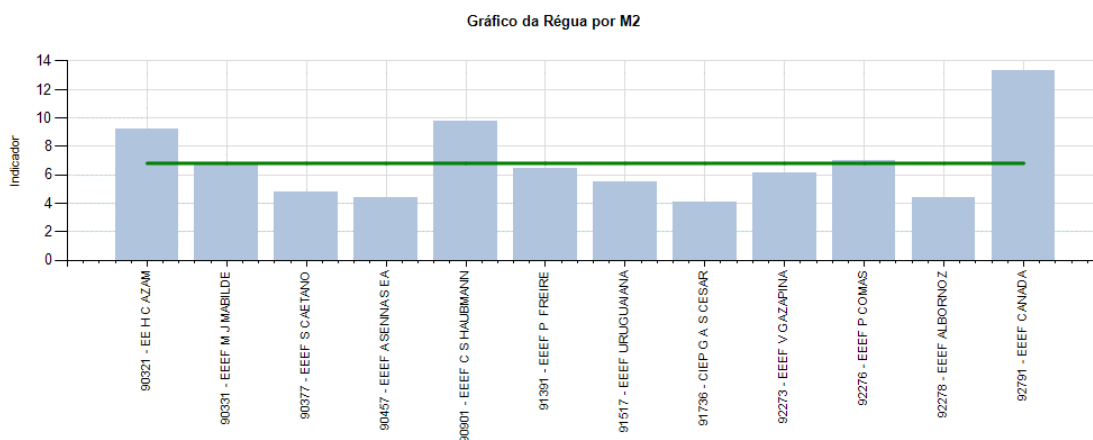
Ainda, há que definir os clusters, que nada mais são que agrupamentos de unidades que apresentam o mesmo perfil de gasto e de funcionamento e, assim, podem ter seus resultados comparados. No caso, tais unidades são representadas pelos seus centros de custos.

A metodologia exige que a entidade sob análise (órgão, autarquia, departamentos, etc.) seja desdobrada em centros de custo para que a despesa seja alocada ao centro de custo em que se deu. No caso do PGD, esse desdobramento se dá conforme o organograma da entidade e é obtido do módulo de custos que integra o sistema Finanças Públicas do Estado - FPE.

Então, a partir dessa vinculação da despesa ao centro de custo e da definição do parâmetro do gasto, calcula-se o indicador que permite a comparação de desempenho entre os centros de custos que compõe o cluster.

Com isso, cumpridas essas etapas, a análise de régua (ver figura 2 abaixo) em cada rubrica e órgão aponta oportunidades de ganho, ou seja, lacunas entre a régua (comportamento médio) e os centros de custo que apresentam gasto acima dela.

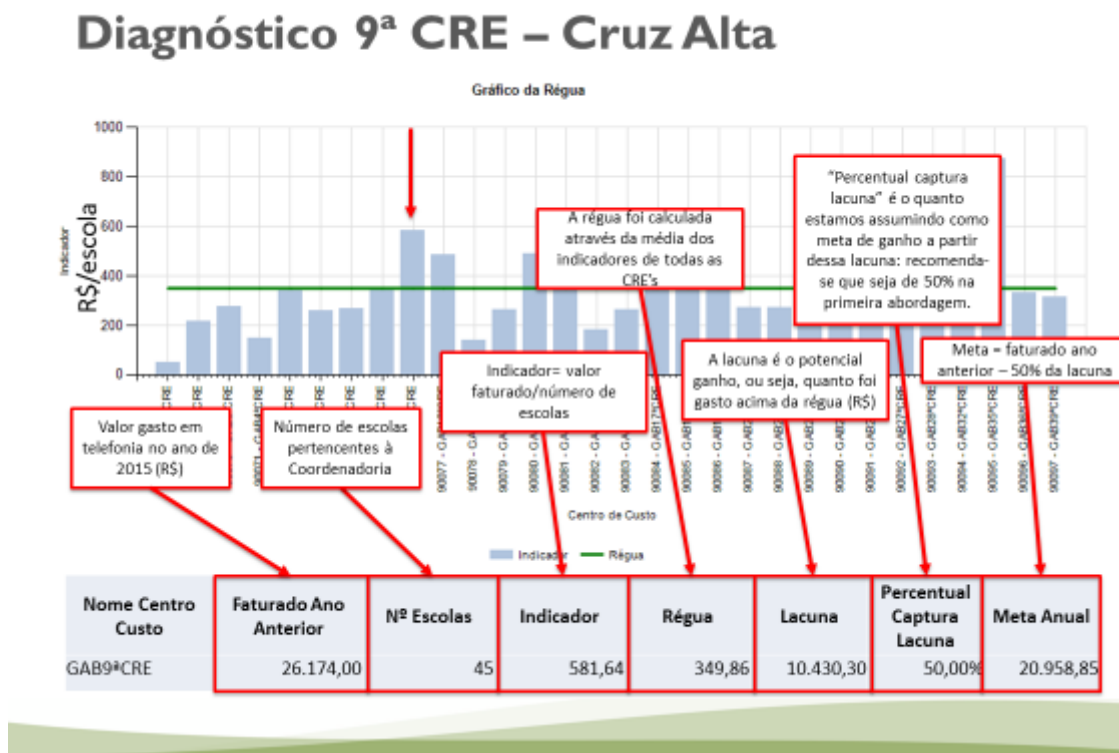
Figura 2 – Gráfico régua



Fonte: PGD – RS

Abaixo, um exemplo de diagnóstico da despesa aplicada à 9ª Coordenadoria Regional de Ensino – CRE.

Figura 3 – Diagnóstico da 9ª CRE – Cruz Alta



A figura 3, acima, representa o diagnóstico da despesa na rubrica “telefonia fixa”, no órgão Secretaria da Educação, com base na despesa ocorrida ao longo do exercício, por exemplo, de 2015.

O gráfico régua aponta se a despesa em cada centro de custo está abaixo, acima ou dentro do padrão em que aquele cluster opera. Por conseguinte, indica as oportunidades de sua redução e consequente aumento da eficiência nas que estão acima da régua. Na sequência, a ferramenta permite estabelecer as metas de captura das lacunas e o acompanhamento de sua evolução.

Portanto, o passo-a-passo de estruturação da ferramenta pode ser assim resumido:

- Modelar a estrutura hierárquica da entidade com seus respectivos centros de custo;
- Vincular a despesa faturada ao centro de custo em que ela se deu;

- Definir o parâmetro de cada despesa – fator gerador que influencia o nível da despesa;
- Organizar os centros de custos em *clusters*;
- Gerar o indicador (dado pelo quociente entre despesa faturada e parâmetro);
- Gerar os gráficos régua para cada um dos clusters;

Cabe frisar que a metodologia adotada no RS tem o cuidado de considerar a despesa efetivamente faturada para evitar o chamado gasto “prateleira” – gasto que, por não ter sido reconhecido, não aparece nos controles, o que mascararia a análise.

Vale enfatizar que a formatação dos clusters é um momento importante em que os centros de custos são agrupados para serem comparados. Portanto, é fundamental que, de fato, sejam comparáveis. Essa etapa requer uma atuação protagonista do órgão sob análise por ser o maior conhecedor do negócio.

Com isso, a cada exercício, a metodologia prevê:

- Diagnóstico da despesa;
- Definição de metas que podem vir a definir as quotas;
- Definição de planos de ação para atingir as metas;
- Acompanhamento periódico;
- Captura de ganhos;
- Realocação do ganho.

BENEFÍCIOS

Alinhado com o conceito de eficiência do gasto público, a metodologia visa um melhor desempenho do setor público. Ou seja, entregar o mesmo serviço/benefício empregando menos recurso ou entregar mais desse serviço/benefício com o mesmo recurso empregado originalmente.

Além do ganho financeiro, a metodologia permite a identificação e disseminação das melhores práticas: em uma análise da despesa em determinado nível e agrupamento de centros de custo, a comparação permite identificar os melhores desempenhos e, com isso, as práticas que levaram

àquele desempenho superior. Adicionalmente, outros benefícios qualitativos para a organização são experimentados podendo citar, de forma não exaustiva, o conhecimento detalhado do negócio, comparação justa entre desempenhos, estabelecimento de metas alcançáveis e desafiadoras, melhoria da qualidade da base de dados, nível de motivação e comprometimento.

Na medida em que a metodologia se consolide, vislumbra-se que ela permita, também, estabelecer um orçamento com a alocação dos recursos de baixo para cima. Ou seja, a partir do conhecimento da métrica de eficiência de cada despesa monitorada, chega-se ao valor esperado para cada uma. Assim, tem-se como evitar o processo tradicional de considerar o histórico e a inflação dos custos para estabelecer o orçamento, o que acaba por colocar, muitas vezes, o gestor na chamada “zona de conforto” e, não raro, impõe cortes orçamentários de cima para baixo após os erros terem sido detectados.

Portanto, além da gestão das despesas propriamente ditas, a metodologia/ferramenta PGD visa a colaborar, também, na elaboração do orçamento, definição das quotas orçamentárias e na sua execução.

ANEXO B – DADOS DA FUNÇÃO SAÚDE

Estado	Leitos de internação ¹		Habitantes ²		Despesa liquidada função saúde em R\$ ²	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
AL	5.049	6.454	3.321.730	3.340.932	938.698.662	1.011.674.794
MT	5.070	7.051	3.224.357	3.265.486	1.102.896.808	1.369.343.250
PR	19.729	27.166	11.081.692	11.163.018	3.467.108.093	3.492.746.730
RS	22.203	31.278	11.207.274	11.247.972	4.768.756.019	4.854.692.719
SC	11.425	15.921	6.727.148	6.819.190	2.363.773.276	2.591.730.224

¹ Fonte: Datasus

² Fonte: Siconfi-STN

ANEXO C – DADOS DA FUNÇÃO EDUCAÇÃO

Estado	Média da nota do Ideb da rede estadual ¹		Média da nota do Enem da rede estadual ¹		Número de alunos ¹		Despesa liquidada função educação em R\$ ²	
	2013	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
AL	2,7	3,1	460,68	469,83	782.955	191.762	1.106.302.533	1.003.867.090
MT	4,2	4,5	465,55	477,01	782.354	408.974	1.739.577.257	1.890.964.072
PR	4,1	4,3	490,32	506,35	2.224.693	1.090.103	8.166.472.874	8.554.436.941
RS	3,9	4,0	497,01	504,00	1.989.923	972.996	3.796.749.017	4.335.884.105
SC	4,1	4,7	490,80	498,66	1.256.940	536.846	2.778.396.715	2.962.454.166

¹ Fonte: INEP

² Fonte: Siconfi - STN

ANEXO C – DADOS DA FUNÇÃO SEGURANÇA

Estado	Número de crimes contra o patrimônio por 100 mil veículos ¹		Número de crimes de ordem pessoal por 100 habitantes ¹		Despesa liquidada função segurança em R\$ ²	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
AL	1.826	3.904	1.398	1.048	1.063.247.125	1.049.373.395
MT	1.515	7.155	546	498	1.096.635.966	1.376.025.071
PR	8.871	26.474	1.208	976	2.455.633.908	3.200.613.196
RS	11.017	38.551	1.196	1.366	2.952.369.787	3.005.605.326
SC	1.414	17.494	156	116	1.944.320.735	1.985.602.830

¹ Fonte: Anuário de Segurança Pública

² Fonte: Siconfi - STN